

resenha bibliográfica/book review

Carlos Lessa★

Economista, ex Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex Presidente do BNDES.

FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira: Memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, 142 p.

A professora Fania, do IPPUR, da UFRJ, publicou um compacto e extenuante ensaio sobre um bairro judeu que se estruturou nas primeiras décadas do Brasil republicano e que foi, em grande parte, demolido pela abertura da atual Avenida Presidente Vargas. Com rigor acadêmico e pesquisa paciente e cuidadosa, Fania situou o bairro na Praça Onze e desvelou a dinâmica daquele lugar. A partir da conceituação de cidade, comunidade, bairro, colônia e “micro-território”, reconstituiu sua dinâmica desde os primórdios coloniais do Século XVII até a drástica remodelação da cidade, nos anos 30. Fez referência às primeiras levas de migrantes judeus para o Rio de Janeiro, num espaço que alguém já denominou Turquia Pequena. Talvez seja essa conurbação – no espaço entre as atuais ruas Bueno Aires, da Alfândega e Senhor dos Passos – de sírio-libaneses e judeus sefaradins, ambos com passaportes do império otomano, que tenha dado origem, a partir do caixeiro-viajante, à expressão genérica e amistosa de “turco”, em todo o interior brasileiro.

Fania centralizou sua pesquisa no que aconteceu na Praça Onze e seu entorno durante as primeiras décadas republicanas; relata a migração dos ricos para outros lugares da cidade e mostra o espaço sendo ocupado por estabelecimentos industriais, cortiços e vilas de aluguel. Desde o século XVIII que o povo pobre e, notadamente, os escravos libertos por lá residiam. Não é à toa a forte lembrança da Praça Onze

na música popular carioca. Antes da primeira Guerra Mundial, tem início a chegada de levas de judeus asquenazes da Europa Central e de sub-regiões da Rússia e da Polônia. Predominantemente formada por artesãos, alguns com prática de comércio e muito poucos profissionais liberais, esta comunidade judaica dispôs e se utilizou daquele território próximo ao centro da cidade e de baixo valor imobiliário. A autora registra e recupera, com precisão, o modo pelo qual esta imigração lá se fixou. Além das óbvias relações de vizinhança, lá se instalaram instituições e práticas clássicas da sobrevivência cultural da comunidade judaica. Formas específicas de comunicação, padrões de representação simbólica e procedimentos de solidariedade fizeram daquela região o porto de chegada de sucessivas levas de judeus imigrantes, ao longo da República Velha. Todos em convivência pacífica com imigrantes europeus de outras regiões e com frações populares, desalojadas da Pequena África pelas reformas de Pereira Passos e Oswaldo Cruz.

O Estado Novo teve uma marcada preocupação em reduzir as diferenças entre os lugares brasileiros. Houve uma exaltação do Brasil mestiço e a proposta explícita de acelerar a integração cultural. É sabido que o Exército Brasileiro recrutava nordestinos para servirem em Santa Catarina e, no Sul, buscava recrutas para as unidades das demais regiões brasileiras. Cabe recordar que o Estado Novo pactuou com o Vaticano a autorização para a instalação de universidades católicas e, em troca, exigiu que, nas escolas primárias do Sul do país, em áreas de colonização estrangeiras, as aulas fossem em português. Provavelmente, não via com bons olhos a Praça Onze como sede de uma comunidade culturalmente sólida e mantenedora de suas tradicionais instituições. A professora Fania registra um conjunto de indícios de um anti-semitismo nutrido, inclusive, pela forte presença política, na região, do marxismo. Como é sabido, foram artesãos estrangeiros de origem predominantemente ibérica e latina que difundiram a vertente anarco-sindicalista no Brasil. Após a fundação do Partido Comunista, muitos membros foram recrutados na Praça Onze.

Creio, contudo, que a construção da Avenida Presidente Vargas e a correspondente desagregação do bairro judeu e popular, nucleado pela Praça Onze, tem uma matriz explicativa com a construção monumental que Getúlio Vargas faria para cancelar as reformas da gestão de Rodrigues Alves. O urbanismo dominado pela Carta de Atenas não tinha respeito

por bairros antigos ou construções degradadas; apoiava cirurgias urbanas radicais. O padrão fascista de monumentalidade, combinado com o sonho de superar Buenos Aires, são, a meu juízo, os ingredientes para a destruição da Praça Onze. A vasta demolição não poupou monumentos históricos e igrejas católicas de alto valor patrimonial; é sabido que a Igreja da Candelária se salvou por pouco. Contudo, creio que as informações recuperadas pela professora Fania sinalizam uma dispersão das famílias judias, antes residentes na Praça Onze, que se distribuíram pelo Catete, pelo Flamengo, por Copacabana, pela Tijuca, pelo Méier e por Cascadura. Tenho a esperança de que a professora prossiga neste seu trabalho e resgate a benéfica presença dessas famílias na dinâmica de tantos outros bairros do Rio de Janeiro.